

CONFERÊNCIA

CULTURA POPULAR X ESTADO*

*Luis Palacín Gomez***

Resumo

O autor trabalha o relacionamento entre cultura popular e Estado em Goiás sob a óptica do historiador, ou seja, estudando-o evolutivamente. O problema colocado, se o povo e o Estado são parceiros, antagonistas ou atores independentes na criação de cultura, é analisado numa rápida interpretação evolutiva dos três séculos de história goiana.

O título proposto para nossa mesa-redonda, “Cultura Popular x Estado – a questão da regionalização”, parece pressupor que existem dois grandes atores na criação de cultura – entendida como o é por este fórum num sentido extremamente amplo de criação tanto material como espiritual –, o povo e o Estado, e que entre estes dois atores existe uma marcante alteridade, freqüentemente levada até declarada oposição.

Tomo estes termos, povo e Estado, alteridade e oposição, como instrumento e objeto de minha análise.

Estando a mesa integrada por profissionais de diversas áreas, creio que o que se espera de mim é a visão do historiador, sobre o problema do relacionamento cultura popular *versus* Estado. De fato,

* Conferência proferida no I Fórum Goiano sobre Cultura, promovido pela Assembléia Legislativa de Goiás, Universidade Federal de Goiás, Secretaria de Estado da Indústria e Comércio de Goiás, Secretaria do Estado da Comunicação de Goiás, Fundação Cultural Pedro Ludovico, entre 22 e 24 de setembro de 1995.

** Professor Titular do Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Goiás.

aplicar o método histórico a um problema não significa mais que colocá-lo no tempo e estudá-lo evolutivamente. Isto é o que procurarei fazer com o problema proposto.

Sendo o tema de nossa análise a cultura goiana, restringirei meu estudo a Goiás. E o problema central colocado, se povo e Estado são parceiros, antagonistas ou atores independentes na criação de cultura será analisado numa rápida interpretação evolutiva dos três séculos de história goiana.

Esta tarefa foi intentada, parcialmente, por mim anteriormente. No ensaio “Quatro tempos de ideologia em Goiás” procurei estudar evolutivamente a mudança da atitude vital, poderíamos dizer da visão de mundo, da sociedade goiana em quatro épocas históricas: no momento fundacional durante a corrida do ouro; ao instalar-se a decadência da mineração, com a conseqüente ruralização da vida; na proclamação da independência com a constituição da nação brasileira; e posteriormente na entrada na modernidade com a revolução de 30. Seguirei este fio condutor para minha análise.

No primeiro momento, no momento fundacional da história goiana, povo e Estado parecem mais antagonistas que colaboradores. A corrida do ouro, seqüência dramática, que desencadeia o descobrimento de ouro de aluvião numa terra nova, é um dos espetáculos mais fascinantes da história. Foi revelado ao mundo pela primeira vez com o descobrimento das minas de ouro no território norte da Capitania de São Paulo, na última década do século XVII, depois se repetiu em Mato Grosso a partir de 1718 e em Goiás, pelo descobrimento das minas do Rio Vermelho, em 1725. Mais tarde haveria de repetir-se na Califórnia, na Austrália, no Alaska.

A seqüência das etapas da corrida do ouro é quase fatal: o *rush* incontível dos primeiros anos, seguido por um leve declínio e uma breve estabilização e imediatamente a rápida decadência, até a extinção.

Dez anos após o descobrimento das Gerais, Antonil descreveu pela primeira vez este espetáculo único da corrida do ouro: as multidões que, ao espalhar-se a notícia da descoberta, acorrem do mundo inteiro, moços e velhos, nobres e plebeus, escravos e livres, ricos e pobres, homens e mulheres, sacerdotes e monges, todos arrastados pela sede insaciável do ouro; as extremas penalidades numa terra remota, montanhosa e extremamente estéril para as necessidades da vida; a anarquia nesta terra de ninguém, crimes e violência; a extrema carestia

da vida, os preços alucinantes das coisas mais corriqueiras, tudo a peso de ouro; o luxo, a ostentação e o desperdício. E envolvendo tudo, comunicando a esta aventura um sentido novo de transcendência, a sensação irrestrita de uma liberdade até então desconhecida.

É um dos momentos mais puros de realização épica na história humana. E o que aconteceu em Minas, repetiu-se em Goiás. Silva e Souza, que chegou a Vila Boa sessenta anos depois do descobrimento, ainda recebeu a lembrança dos primeiros dias da tradição oral, e traçou um quadro semelhante ao de Antonil para Goiás, em sua crônica, “Memória do Descobrimento, Governo População e Coisas mais Notáveis da Capitania de Goiás”.

Neste momento fundacional de Goiás, povo e governo, se não totalmente hostis, se encontram em campos opostos, com interesses e concepções encontrados. E o momento criador é inteiramente do povo...

Tudo concorria para emprestar um caráter épico ao descobrimento, exploração e povoamento das minas: a magnitude e intacta pureza do território; a ousadia do empreendimento; as penalidades físicas e morais; a riqueza fácil do ouro e sua dilapidação; a heterogeneidade social e racial dos aventureiros; as cruentas lutas com os índios; os excessos morais e o clima de violência. Neste clima insólito, tudo dava a medida do heróico e do sobre-humano. Nas duas décadas que durou em Goiás a fase épica, as realizações foram assombrosas: num território imenso, vazio e quase inacessível, vasculhou-se o território todo, palmo a palmo, desviaram-se rios e cortaram-se montes, povoaram-se largas regiões, abriram-se estradas, fundaram-se cidades, foi instalada toda uma estrutura econômica e comercial extremamente ativa. Cunha Matos, ao contemplar as ruínas das minas um século depois, escrevia que aquele devia ser um povo de gigantes, tais os vestígios que deixaram.

O clima de exaltação épica que presidiu a este labor ficou na memória popular agigantado na descrição da riqueza ilimitada das jazidas (a tradição contava que no Rio Vermelho os escravos faziam jornais de quatro oitavas, quinze gramas de ouro, por dia, quando no momento que escrevia Silva e Souza o comum era menos de dois gramas por semana) e sobretudo na evocação das míticas minas perdidas e nunca achadas: Araés, Martírios, Correntes, Pilões. O número de escravos, outro sinal definitivo de riqueza, era multiplicado até o

inconcebível (também Cunha Matos teve que escrever que se os escravos que se dizia ter trabalhado nas minas de Goiás fossem reais, não haveria escravos no Brasil todo para completar o número).

Qual a parte do povo, e qual a parte do Estado nestas realizações?

O momento épico da instalação das minas é todo do povo. O Estado chega pouco a pouco, com sua desconfiança inata por tudo o que possa sugerir autodeterminação. Não é a primeira obrigação do Estado, de acordo com toda a teoria dos juristas, garantir a ordem social? E nas minas, na opinião dos governantes, não existe ordem. O governador, ao enviar o superintendente a Traíras, lhe escreve que sua missão é acabar com “os absurdos daquelas minas”.

E assim, lentamente, mas com determinação inflexível, o Estado vai implantando sua ordem, à margem, ou contra a ordem popular. Esta ordem, desde o nascimento do Estado Moderno, se apóia em três esteios, que não têm feito senão crescer desmedidamente desde o século XV até os nossos dias: o aparelho administrativo, que pouco a pouco se transforma em burocracia, a força repressiva, centrada nos exércitos e na polícia, e, como fundamento, o aparelho fiscal, que canaliza a riqueza pública para o Estado através dos impostos.

Em 1749, com a criação da Capitania de Goiás, o Estado já está completo e pode tomar a iniciativa. Existe um corpo administrativo, que se estende ao campo da justiça, existe uma força militar, composta de duas companhias de soldados profissionais e do enquadramento obrigatório da população civil nas milícias, e existe uma rede densa de impostos – quinto, dízimo, entradas, passagens etc. – que alimentam o Erário e a Fazenda Real.

A essas alturas, o ouro já começa a escassear. O clima de exaltação, que desafia o futuro, cede lugar primeiro à apreensão e depois ao franco desânimo. Durante vinte anos se luta com o espectro da recessão, depois não se pode pôr em dúvida que a decadência é irreversível. Ao começar a década de setenta o Governador D. José de Almeida começa uma carta com estas palavras: “Ontem, fazendo corte com meus botões, pois esta Vila está uma tapera...”

A decadência, ao mesmo tempo que desmonta as macro-estruturas e se infiltra no cotidiano – não existem braços, pois o escravo se tornou muito caro, e, cortado o fluxo comercial, os centros urbanos se deterio-

ram e a região toda se ruraliza – põe a descoberto uma realidade que o ouro encobria; não existe um povo, uma população solidária num destino comum.

Poderiam os escravos, metade ou mais da população, considerar-se solidários? E os mestiços, o grande segmento emergente, que no fim do século passa a constituir a maioria da população livre, poderiam sentir-se solidários, com a consciência ferida, que carregam, de que são utilizados para todas as tarefas penosas, mas desprezados, barrados sistematicamente da participação no governo das Câmaras e excluídos dos cargos públicos?

E os brancos que não constituíram famílias, por não rebaixar-se com a união a uma mulher inferior, e que tinham como horizonte enriquecer para retornar à pátria; os brancos que como aves de migração se ausentam ao mudar o tempo, poderiam constituir o cerne de um povo solidário?

É nesta situação de anomia, criada pela decadência, e que se manifesta inequivocadamente na extinção do alento épico, que o Estado se manifesta como o único ponto de convergência e segurança. Nos primeiros anos, guiado pela memória coletiva, refere empresas coletivas: a partir da decadência tudo é referido como iniciativa dos governadores e do governo central, a “paternal providência do Rei Nosso Senhor”.

O pequeno grupo de sobreviventes, proprietários, homens de negócios, integrantes da Câmara, adere cegamente ao governo, como a última tábua de salvação. Assim como na Idade Média o ditado *Extra Ecclesiam nulla salus*, para além do valor dogmático, sintetizava uma realidade social, no Goiás da decadência aqueles homens poderiam resumir sua experiência e expectativas: “fora do governo não há salvação”.

Isto nos explica, por que todos – ou quase todos – mudaram de posição política com motivo da independência, sem o menor constrangimento, de uma forma absolutamente incruenta; antes servidores satisfeitos e cantores da grandeza do regime monárquico português, depois, imediatamente, sem transição, seus assanhados detratores...

A independência pareceria ter oferecido uma oportunidade única de unir povo e governo – Estado – numa empresa comum. Lendo os discursos políticos da época e os comentários do *Matutina*, pode perceber-se o entusiasmo coletivo pela independência e, de uma forma

mais durável, pelos avanços parciais da democracia: a constituição, o regime representativo, as garantias individuais no regime judiciário.

Mas, nem governo nem povo procediam transparentemente. Nas denúncias do colonialismo português usam livremente a denúncia, valendo-se da comparação com a escravidão; o Brasil e os habitantes do Brasil foram tratados por Portugal como escravos; no entusiasmo pelos incipientes ganhos de democracia, se entoa um ditirambo aos direitos inalienáveis do homem, proclamados pela Revolução Francesa. Contudo, nem governo nem povo, que utilizam esta análise, se atrevem, não apenas a discutir, mas sequer a mencionar o problema da verdadeira escravidão, a escravidão sem metáfora, os escravos privados de todos os direitos humanos, que constituíam em Goiás mais de um terço da população.

Esta falta de coragem para reconhecer o problema e tratar de dar-lhe solução malogrou, em grande parte, as sementes de liberdade trazidas pela independência.

Como interpretar o século XIX? O século XIX, constitui, até o momento, o verdadeiro buraco negro da historiografia goiana. Paulo Bertran tem avançado uma hipótese: as denúncias de atraso dos viajantes e as lamúrias dos governantes, encobrem outra realidade mais profunda. O século XIX foi em Goiás uma época sem conflitos, e portanto, sem história; mas por baixo desta ausência de referências, Goiás constituía o verdadeiro paraíso do ócio – não compreendido, mas invejado inconscientemente por seus detratores, viajantes e homens do governo.

Esta imagem é aceitável, mas com uma correção importante: a inexistência de violência interna, decorrente de não ter chegado ainda a luta pela terra, não se aplica a um concorrente exterior à própria sociedade goiana: o índio. E o século XIX é o momento do genocídio das nações indígenas, processo em que governo e povo trabalharam lado a lado, perseverante e sistematicamente. Depois de extinto, sobre o índio caiu em Goiás o mais espesso olvido, total silêncio na memória coletiva, como se em Goiás nunca tivesse existido um único índio. Desta forma, governo e povo procuraram a paz mediante um mecanismo de censura na consciência.

Pode-se questionar que, com a proclamação da República, as quatro décadas da República Velha, marcadas pelo coronelismo,

romperam essa paz de ausência de conflitos e tranqüilo abandono. A literatura de Hugo de Carvalho Ramos, em *Gente da Gleba*, e depois a obra de Bernardo Élis, junto com a propaganda maciça da revolução de 30, nos têm acostumado a perceber esta época como um palco de horrores e degradação. Já Frei Audrin, frade dominicano, que trabalhou durante quarenta anos nos sertões do norte de Goiás (hoje Tocantins) resumiu esta longa experiência num livro *Os sertanejos que eu conheci*, e sua visão do homem rural de Goiás – 95% da população – é extremamente positiva. Pobre, não miserável, num perfeito equilíbrio consigo e com a natureza, o sertanejo aparece, nas lembranças de Audrin, como um verdadeiro protótipo de dignidade humana, a realização daquele velho ideal da filosofia estoica da *aurea mediocritas*.

Estará esta estampa mais perto da realidade histórica? Enquanto os governos e as elites, que os alimentavam, se degradavam pela prepotência vazia, o povo teria sozinho reencontrado sua dignidade.

A Revolução de 30 nos apresentou uma visão antitética. Em parte isto era uma exigência de sua própria autojustificação. Toda revolução se autojustifica perante o passado pelos horrores de que vem redimir-nos, e perante ao futuro pelas promessas de um mundo novo.

A Revolução de 30 é outro momento histórico em que povo e governo tiveram oportunidade de aparecer não como antagonistas, mas como protagonistas solidários da mesma história. Em parte esta oportunidade se realizou, mas não sem ter dado insensivelmente entrada nesta terra, até então quase incontaminada, ao vilão, ou ao herói – depende da visão do espectador – de toda nossa história contemporânea: o capitalismo.

Levaria longe esta nova análise e fico por aqui pensando ter mostrado como a relação “cultura popular *versus* Estado” recebeu em Goiás, ao longo dos tempos, as mais diversas realizações.

Abstract

The autor analyses the last three centuries of Goiás History to indentify the relationship between the State and the popular culture, so he raises the question if they had been partners or independent agents in that cultural process.